

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1894)
FRANCISCO RANGEL PESTANA (1875-1890)
JULIO MESQUITA (1895-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1969)

LUIZ CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)
JULIO VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
ROBERTO CRISTIANI MESQUITA
MEMBROS
FRANCISCO MESQUITA NETO
JULIO CESAR MESQUITA
LUIZ CARLOS ALENCAR
RODRIGO LARA MESQUITA

DIRETOR PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
DIRETOR DE JORNALISMO
EUFRÁSIO ALCANTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MARILANA UEMURA SAMPAIO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
PAULO BOTELHO PESSOA
DIRETOR FINANCEIRO
SÉRGIO MALSUEIRO MOREIRA

NOTAS E INFORMAÇÕES

Previdência já demanda uma nova reforma



Pressões demográficas aceleradas e políticas equivocadas adotadas pelo governo Lula apertam as contas públicas e devem antecipar a necessidade de ajustes nas aposentadorias

Em defesa da reoneração da folha de pagamento, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, cobrou do Congresso responsabilidade para não prejudicar a Previdência Social. Segundo ele, se o Legislativo abrir mão dessas receitas, o País terá de aprovar outra reforma em três ou cinco anos. “Não dá para brincar com essas coisas”, afirmou. O ministro tem razão. De fato, a sociedade terá de discutir regras mais duras para as aposentadorias muito em breve. A desoneração, no entanto, não é a maior nem a única culpa-

da pelo problema.

Aprovada em 2019, a última reforma da Previdência gerou uma economia de R\$ 156,1 bilhões para o sistema até 2022, quase 80% a mais do que o governo havia estimado à época, segundo o consultor legislativo Leonardo Rolim, ex-secretário da área e ex-presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Entre as mudanças, o texto estabeleceu uma idade mínima de aposentadoria para homens e mulheres, bem como um tempo de contribuição mínimo para garantir o benefício. As regras estabilizaram o déficit do sistema até o fim da

década de 2030, segundo o Banco Mundial, mas já se sabia que as mudanças demográficas exigiriam novos ajustes ao longo dos anos seguintes.

Estudos recentes têm mostrado aspectos preocupantes para a sustentabilidade do sistema previdenciário no médio e no longo prazos. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) revelou que o País hoje tem 1,97 contribuinte para cada segurado e até 2051 terá mais beneficiários do que pessoas contribuindo com o sistema. Nesse cenário, a alíquota necessária para cobrir todos os custos do sistema teria de superar os 70% em 2060.

Além do envelhecimento populacional e da redução da taxa de fecundidade, que ocorre em boa parte dos países do mundo, fatores específicos da realidade brasileira explicam esse desequilíbrio. Os autores do estudo, Graziela Ansiliero e Rogério Nagamine, também ex-secretário do Regime Geral da Previdência Social (RGPS), mencionaram a informalidade, o desemprego e o número de pessoas inativas e fora do mercado de trabalho.

Há algumas soluções, ainda que impopulares, para atenuar o problema. Artigo publicado pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre) recomenda a equiparação da idade mínima de aposentadoria para homens e mulheres. Otávio Sidone, Fabio Giambiagi e Guilherme Tino calculam que a mudança economizaria R\$ 1,5 trilhão em despesas nos próximos 30 anos.

Completamente avesso a reformas, o governo Lula da Silva poderia ao menos contribuir para não piorar o dese-

quilíbrio do sistema. Mas não é o que tem ocorrido. A aprovação da política permanente de valorização do salário mínimo – piso ao qual os benefícios previdenciários e assistenciais estão vinculados – pode ter anulado metade da economia da reforma de 2019, segundo Giambiagi informou em recente coluna no **Estadão**.

Dois terços das aposentadorias e pensões pagas pelo INSS serão reajustados pela inflação do ano anterior, mais a variação do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos antes. Trata-se de uma regra totalmente incompatível com o arcabouço fiscal, que restringe o aumento das despesas a 70% da alta das receitas.

Pior: na hipótese de o País retomar um crescimento econômico mais vigoroso, a política de valorização permanente do salário mínimo fará com que os gastos previdenciários ultrapassem o limite de despesas estabelecido pela nova âncora ainda mais rapidamente. Não se viu, no entanto, qualquer crítica ou ponderação por parte do ministro Haddad quando a medida era discutida e aprovada pelo Congresso. Afinal, foi uma iniciativa do presidente Lula da Silva e uma promessa de campanha do petista.

Seria fácil se todos os problemas da Previdência Social se resumissem à desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia e dos municípios. Mas há muitas outras questões a serem discutidas para impedir o colapso das contas públicas, garantir a sustentabilidade da Previdência Social e assegurar a proteção de todos os seus segurados no futuro. Nada indica que serão enfrentadas por este governo. ●

O alerta de Macron deve ser ouvido

Sua advertência de um ‘risco existencial triplo’, ante o expansionismo autocrático, as guerras comerciais e a erosão democrática, serve não só à Europa, mas a todas as democracias

Em um discurso na Sorbonne, o presidente francês, Emmanuel Macron, alertou: “A Europa pode morrer”. Em entrevista à revista *The Economist*, ele aumentou a voltagem: o fim pode ser “brutal”, “muito mais rápido do que imaginamos”. Sob essa fraseologia apocalíptica, não se pode excluir interesses eleitorais, ambições sobre a União Europeia ou seu próprio ego (o gosto pelas “grandes ideias” já lhe rendeu o adjetivo “jupiteiriano”). Seria reconfortante se essas fossem suas únicas motivações, se tudo isso fossem só hipérboles alarmistas. Mas sua análise aponta antes para uma realidade alarmante, não só para a Europa, mas para as democracias liberais. “É um risco existencial triplo”, disse: além de militar e econômico, há o

perigo da “incoerência interna e de ruptura do funcionamento de nossas democracias”.

Na linha de frente do primeiro risco está a ameaça russa. Outrora afeito a “ambiguidades estratégicas”, Macron fala agora com a paixão de um convertido. A Rússia, diz, fez uma escolha “radical” em 2022: violou o direito internacional, lançou uma guerra de agressão a um país soberano europeu, cometeu crimes de guerra e, agora, assume uma “lógica de guerra total”. Com “ameaças nucleares”, agressões “híbridas”, “ameaças no espaço e no mar”, a Rússia hoje é “um poder de desestabilização regional onde puder ser”. Entre as hesitações ocidentais, hoje Macron vocaliza a clareza moral: “Se a Rússia vencer na Ucrânia, não haverá segurança na Europa. Quem pode fingir que a Rússia

parará lá?”. E quem pode garantir que a Europa sempre contará com os EUA? “Temos de nos preparar para proteger a nós mesmos.”

O segundo desafio é “econômico e tecnológico”. No início dos anos 2000, esperava-se que a China jogasse pelas regras do comércio internacional e até se democratizasse. Mas, ao contrário, os ocidentais estão emulando o modelo chinês, injetando subsídios e erguendo barreiras protecionistas. Nas fronteiras tecnológicas a Europa pode ficar para trás, a uma distância irreversível.

Finalmente, o continente que “inventou a democracia liberal” se vê ameaçado pelo ressurgimento de nacionalismos e populismos turbinados por redes de desinformação.

O diagnóstico é mais inequívoco que as soluções. Ante a volubilidade da política externa americana, Macron está certo em propor um “arcabouço” de defesa europeu distinto, mas não separado, da Otan. Mas há o risco de incitar ainda mais os apetites isolacionistas dos EUA, provocando efetivamente a “morte cerebral” que ele atribuiu à Otan em 2019. Macron defende uma restauração das regras de comércio internacional, mas admite que a realidade impõe o dirigismo em áreas estratégicas, combinado com a desregulação do mercado para facilitar negócios e atrair investidores. Mas há o risco de que os governos implementem o dirigismo,

sem a liberalização, prejudicando ainda mais a competitividade. É preciso, como ele diz, cooperar com a China em desafios globais, como o meio ambiente ou a proliferação nuclear, e buscar uma reciprocidade econômica mutuamente vantajosa. Mas será isso possível ante a divergência política cada vez maior do regime autocrático chinês com os valores democráticos ocidentais? E em relação às ameaças domésticas, a estratégia de isolar e demonizar extremistas não comporta o risco de radicalizá-los e fortalecê-los ainda mais?

“Ainda sou um otimista”, disse Macron. “Mas o mundo é um lugar mais tenebroso. É preciso ser lucidamente otimista e determinado. Tivemos a pandemia de covid. Temos a guerra da agressão da Rússia. Temos uma tensão sino-americana sem precedentes. Temos uma guerra terrível no Oriente Médio, que está abalando nossas sociedades em suas bases. Temos divisões massivas na Europa. Temos enormes riscos geopolíticos.”

Suas soluções podem ser questionáveis. Mas, sob elas, há um alerta incontestável. Em meio à Grande Guerra, o poeta francês Paul Valéry advertiu: “Nós, as civilizações modernas, aprendemos a reconhecer que também somos mortais como as outras”. É essa a lição que Macron quer recuperar e que nenhuma democracia pode se permitir ignorar. ●